

RESENHAS

Perry Anderson, *Linhagens do Estado Absolutista*, Editora Afrontamento, Porto 1984 (tradução do original: *Lineages of the Absolutist State*, New Left Books, Londres, 1976).

Com este livro agora os leitores de língua portuguesa terão acesso à segunda parte da – impressionante (pela extensão do objeto), importante (pela riqueza de tratamento) e original (pela síntese obtida) – obra de Perry Anderson iniciada com a tradução pela mesma editora de *Passagens da Antiguidade ao Feudalismo* (*Passages from Antiquity to Feudalism*, New Left Books, Londres, 1974). “As duas obras articulam-se diretamente uma à outra e, em última análise, formam um todo”, escreveu o autor no prefácio a *Passagens* . . . Enquanto que no prefácio ao *Estado Absolutista* esclarecia que: “Dois estudos ulteriores tratarão, respectivamente, a seu tempo, da longa cadeia das grandes revoluções burguesas – da revolta dos Países-Baixos à unidade alemã – e da estrutura dos Estados capitalistas contemporâneos que delas finalmente se originariam depois de um longo processo de evoluções ulteriores”. E acrescentava: “Certas implicações dos problemas teóricos e políticos colocados pelo presente volume só aparecerão claramente nestes trabalhos subseqüentes”. Como se vê, estamos diante de um projeto, verdadeiro afresco do desenvolvimento histórico da Europa (nas suas duas partes, Ocidental e Oriental) desde a Antiguidade Clássica à Época Contemporânea, e onde o livro em questão constitui a parte intermediária. Ele se compõe de duas partes dedicadas, respectivamente, à Europa do Oeste e do Leste, uma conclusão geral e dois anexos, um sobre o feudalismo japonês e outro sobre o “modo de produção asiático”. Também a mesma é a organização do conteúdo para as duas Europas: dois capítulos gerais – onde são analisadas as estruturas “puras”, ou seja, os componentes ou elementos constitutivos do absolutismo – e cinco capítulos particulares – onde são apresentadas as “numerosas variantes ‘impuras’ e específicas que nos oferecem as diversas monarquias da Europa pós-medieval”.

Perry Anderson não é um historiador profissional, seus estudos não são o resultado de um trabalho de pesquisa, em primeira mão, nos documentos

históricos, mas são o fruto de uma “simples leitura de trabalhos publicados por historiadores contemporâneos, o que é uma outra coisa”. Não nos deixemos impressionar, contudo, por esta confissão dos limites da obra. Todos os seus trabalhos tem revelado um talento e sensibilidade raros que só os grandes, os autênticos historiadores, possuem. Qualidades animadas por um materialismo histórico vigoroso, porque livre e criativo. Perry Anderson, marxista militante, conhecido editor da importante revista teórica inglesa “New Left Review”, sabe como poucos recuperar e valorizar as contribuições dos historiadores não marxistas: “um máximo de atenção e respeito pela competência de historiadores fora das fronteiras do marxismo não é incompatível com o prosseguimento rigoroso de uma investigação histórica marxista: é condição dela”. Sabe também, o que não é menos importante, que é necessário reconhecer os erros históricos que contém os escritos de Marx e Engels sobre o passado, os quais “não devem ser eludidos ou ignorados e sim identificados e criticados. Fazê-lo não é abandonar o materialismo histórico, mas antes aproximar-se dele”. Daí a riqueza da análise e interpretação que o autor nos oferece, isto é, do uso absolutamente inteligente e criativo dos trabalhos dos historiadores de todos os matizes teóricos. Daí também a fecundidade das suas reflexões, da sua teorização, isto é, da utilização, ao mesmo tempo, plena e rigorosa, mas não sacralizada, do materialismo histórico.

Tomem-se, a título de exemplo, os dois níveis de seu trabalho, o da teorização do Estado absolutista e o da análise dos casos concretos, por exemplo, da Inglaterra e da Prússia. No primeiro caso P. Anderson salienta que o absolutismo foi visto por Marx e Engels ora como um tipo de Estado já fundamentalmente burguês, ora como um tipo de “bonapartismo” *avant la lettre* mantendo o “equilíbrio” entre a nobreza declinante e a burguesia ascendente; e, as poucas análises e referências que os fundadores do materialismo histórico nos deixaram sobre a natureza e caráter do Estado absolutista são não apenas ocasionais e insuficientes para uma teorização, mas são também contraditórias e equivocadas. Como consequência, os historiadores marxistas ainda hoje debatem sobre a natureza social do absolutismo, uma vez que é “realmente vital encontrar uma solução correta para esta questão se queremos compreender alguma coisa da passagem do feudalismo ao capitalismo na Europa e dos sistemas políticos que o caracterizam”. Ora, se a tese em si, defendida por P. Anderson (segundo a qual o Estado absolutista é um Estado da nobreza feudal, embora sobredeterminado pelo desenvolvimento da burguesia mercantil e capitalista) não é nova ou original (outros marxistas a defendem, como o historiador russo Boris Porschenev, o historiador inglês Christopher Hill e o filósofo francês Louis Althusser), nova e original é a análise e a interpretação dos fatores causadores do absolutismo nos sécs. XIV/XV, da sua evolução histórica ao longo dos sécs. XVI, XVII e XVIII e dos seus elementos constitutivos ou componentes estruturais. No segundo caso, o da análise

concreta, também são novas e originais, as interpretações, por exemplo, sobre a Inglaterra e Prússia.

Destaquemos, aqui, a explicação de P. Anderson sobre as aristocracias destes dois países. Se na Inglaterra temos uma aristocracia precocemente desmilitarizada, na Prússia, ao contrário, encontramos a mais militarizada das tantas que existiram na Europa; e como a guerra é um dos traços fundamentais tanto da monarquia quanto da aristocracia no período do Absolutismo, temos, por consequência, uma das explicações para a precoce derrota do absolutismo na Inglaterra e a sua prolongada permanência na Prússia/Alemanha. Naturalmente, para concluir, queremos lembrar que muitas críticas poderão e deverão ser feitas ao livro, sobretudo pelo seu caráter essencialmente generalizador. Os historiadores especialistas que dominam a documentação sobre determinados temas em determinados períodos e países, poderão facilmente encontrar, na obra, incongruências, inconsistências, etc. Mas esta é uma decorrência inevitável daquilo que é, ao mesmo tempo, a natureza e a qualidade do trabalho de P. Anderson.

Modesto Florenzano
Professor do Departamento
de História da PUC - S.P.